



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 1º Quadrimestre de 2022.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 13 de junho de 2022, às 12h, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTE** o Deputado Ricardo Nicolau, presidente da comissão, declarou aberta a audiência pública. Em seguida, o Presidente ressaltou que todos os membros da CAE foram devidamente convidados, ressaltou sobre a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a audiência é realizada em cumprimento da lei. Em seguida, repassou a palavra secretário da SEFAZ, Alex Del Giglio para dar início a apresentação do relatório.

Com a palavra o Secretário da Fazenda, Alex Del Giglio disse que audiência será feita como de costume e em seguida repassou a palavra ao secretário do Tesouro, Luis Otávio da Silva, mas antes destacou a presença de toda equipe técnica da SEFAZ, como: receita, orçamento, tesouro, membros da SEDUC, da SUSAM, que estavam ali presentes para atender todos os questionamentos. Na oportunidade agradeceu a presença de todos e repassou a palavra ao secretário do tesouro.

Com a palavra o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva cumprimentou os presentes, informando que iniciaria a apresentação e, em seguida, abriria a perguntas. Iniciou apresentando resultados fiscais constantes no relatório fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2022. Em primeiro plano, apresentou os quatro grandes grupos de despesas, tomando referência despesa liquidada em relação ao total liquidado do Poder Executivo. No primeiro plano em relação aos encargos os Encargos Especiais (24%); seguiu destacando o segundo grande grupo que foi Saúde (16%), logo após a Educação (16%), quarto grupo destacou Previdência (14%). Fez um comparativo do 1º Quadrimestre de 2022 com 1º Quadrimestre de 2021, tiveram uma variação de R\$ 2.305 Mi, em percentual de 31%. Despesa com Pessoal, uma variação de R\$ 317 Mi, percentual 12% de aumento, Distribuição Constitucional aos Municípios, uma variação de R\$ 190 Mi de aumento, percentual de 19%. Continuou que tiveram uma variação de investimento de R\$ 140 Mi, um percentual de 122%. Quanto ao Repasse legal aos Poderes, tiveram uma variação R\$ 87 Mi, 12% em percentual.

Logo após, apresentou os Indicadores Fiscais importantes presentes no 1º Quadrimestre de 2022: Índice de Pessoal na ordem de 47,06%, Educação 25,10%, Saúde 21,50% e Dívida Consolidada/RCL 48,20%. Com relação ao comparativo com os gastos com saúde empenhados no 1º quadrimestre de 2022, parâmetro com 1º quadrimestre de 2021, saíram de 1,07 R\$ Bi para 1,10 Bi. Continuou que em relação à Dívida Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida saíram da ordem de 22,19% para 17,08%. Relatou que aqueles eram os indicadores macro em relação os índices fiscais e finalizou.

Com a palavra o presidente Ricardo Nicolau fez alguns questionamentos, lembrou que o secretário fez um comparativo da saúde do ano de 2021 a 2022, de R\$ 1,07 a 1,100 Bi, disse que gostaria que tivesse esse mesmo comparativo com relação à educação. Em resposta o secretário do tesouro disse que não tinha essa informação, mas que poderia passar essa informação depois.

O presidente da CAE continuou com os questionamentos perguntando sobre a dívida, que teve um decréscimo de 22,19% para 17,08%, em valores qual seria, e a rolagem da dívida em virtude da covid? Em resposta, o secretário do tesouro introduziu que quando foi implementada a Lei nº 173,

criando o programa federativo de combate ao corona vírus, o objetivo dessa lei foi permitir aos Entes recursos para fazer frente a uma calamidade ocasionada pela pandemia. Houve suspensão de pagamento, e algumas dívidas tiveram uma suspensão de principal e juros, e outras dívidas tiveram só juros. Retomaram esse pagamento em janeiro de 2021 que deu uma pressão sob as contas do governo naquele momento, mas em virtude do comportamento da arrecadação e do gerenciamento da dívida pública, conseguiram, nesse comparativo de 2021 a 2022, diminuiram o índice. Acresceu que o governo passou de um estoque de dívida pública do relatório de gestão fiscal publicado no final de 2021 do 3º quadrimestre, da ordem de R\$ 6,20 Bi, baixaram para R\$ 5,920 Bi. Ressaltou que indo ao encontro do que trouxe a Emenda Constitucional 109, que alterou a função da LDO, e que trouxe dentro do próprio texto a prescrição no que diz respeito a sustentabilidade da dívida, as operações de créditos que estão sendo contraídas pelo estado do Amazonas, além de proporcionar a possibilidade de aumentar a capacidade de investimento, também tiveram a preocupação de amortizar outras dívidas públicas existentes.

Com a palavra o presidente da CAE questionou quanto foi pago efetivado em 2021 da dívida, tanto a parte de amortização, de juros e principal.

O secretário Luiz Otávio respondeu que fizeram o adimplemento de amortização de principal em juros e encargos da dívida pública em 2020, por conta da suspensão, foi da ordem de R\$ 592 Milhões, e, em 2021, quando começaram a pagar toda dívida, inclusive as que foram suspensas em 2020, pagaram uma ordem de R\$ 970 Milhões de reais em 2021.

Ricardo Nicolau continuou perguntando sobre um empréstimo que o Estado teria feito a pouco tempo, provavelmente de R\$ 1,5 Bi, em que a maior parte era para amortização de juros da dívida pública. Questionou se o empréstimo já tinha sido executado e se já estava na conta do governo, e qual o volume de recurso desse empréstimo que será gasto para amortização da dívida. Lembrou que ano passado o Estado gastou R\$ 970 Mi com valor da dívida total. Que diante dessa situação financeira, e até diante da falta de grandes projetos no Estado para que fossem utilizados esses recursos, como SEFAZ reagia à obtenção desse empréstimo para a amortização de dívida diante da situação? Concluiu se era realmente necessário o empréstimo diante dos superávits que Estado vinha tendo, que embora o Estado tenha capacidade de endividamento.

Em resposta, o secretário Alex Del Giglio, disse que solicitaram um empréstimo no projeto de lei de R\$ 1,5 Bi, mas que só foi liberado R\$ 1,100 Mi, sendo que esse valor, na sua grande maioria estava destinados para investimentos em todas as áreas, sobretudo, infraestrutura e saúde. Desse valor foram designados R\$ 200 Mi para amortização da dívida com próprio Banco do Brasil, como determina a legislação. Disse que concordava com o deputado, que tiveram superávits importantes de receita, excessos importantes de receita, todavia, em sua grande maioria do foi do ICMS, e este tem toda a repartição. Que tiveram um excesso talvez da ordem de mais R\$ 2 Bi, mas que só ficaram com aproximadamente 45%, e o grande problema hoje de frontado pelo Estado do Amazonas é o envelhecimento dos seus servidores públicos, isso tem ocasionado as aposentadorias, e em sua grande maioria, esses aposentados não estão sob o regime do Fundo Previdenciário, estão no Regime do Fundo Financeiro, e isso acaba ampliando o déficit com a previdência. Disse que hoje o déficit previdenciário é superior a R\$ 600, 700 Milhões, então estão usando praticamente todo esse excesso de ICMS para cobrir déficit previdenciário.

Para complementar a fala do Alex Del Giglio, o secretário do tesouro, disse que sobre o empréstimo que fora disponibilizado para governo, ou seja, os R\$ 1,100 Bi em janeiro, que desse valor R\$ 200 Milhões foram para adimplemento de operações de crédito, R\$ 150 Milhões foram para fundo garantidor de PPP e R\$ 750 Milhões para investimentos.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Com a palavra o Dep. Ricardo Nicolau, questionou, ainda sobre a questão da previdência, se tinham previsão do término desse fundo financeiro, e sobre a arrecadação corrente dos aposentados que não iriam para o fundo previdenciário girava em que torno?

Em resposta o Alex Del Giglio disse que o fundo previdenciário superavitário, mas que ao contrário de outros estados o Amazonas não pretende fazer a mistura de massas, pois seria muito danoso para Estado em médio e a longo prazo, sobretudo para o servidor que capitalizou ao longo desse período e que não poderia lá na frente obter uma aposentadoria digna.

Ainda sobre o fundo previdenciário, o deputado Ricardo Nicolau questionou se já existem pessoas recebendo integralmente pelo fundo. Em resposta o secretário Luiz Otávio disse que poucas pessoas estão sujeitas a aposentadoria pelo fundo previdenciário.

Em resposta ao questionamento do presidente da CAE, o secretário do tesouro, falou que com correlação aos servidores do Estado do Amazonas que já estavam antes da entrada da Previdência complementar, e o Projeto de Lei enviado a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas que prorrogou o prazo para 31 de agosto de 2022, dando a opção de migração para esses servidores, caso queiram migrar, diferente daqueles servidores que ingressaram a partir de 24 de 2021. De modo breve explicou que o regime funciona da seguinte forma: o servidor que esta sujeito ao regime, ele contribui com 14% e o Estado com 14% até o teto INSS que é R\$7.087,22 reais e da diferença da remuneração total que é R\$7.087,22 ele contribui com 8,5% e o Estado com 8,5% que é injetado em uma conta individual no plano Prev Brasil e esse saldo acumulado ele recebia no futuro tendo como parâmetro idade mínima de 55 anos.

Em seguida o Dep. Estadual Ricardo Nicolau perguntou se também acnaçaria os comissionados. Luiz Otávio respondeu que não, e continuou falando que o regime complementar foi criado pela Emenda Constitucional 103 para ser complementar ao regime próprio, dizendo que é aberto a todos os servidores efetivos do Estado do Amazonas.

Dep. Estadual Ricardo Nicolau continuou perguntando se ele fugiria do teto. Luiz Otávio respondeu que pelo Regime Próprio ele receberia R\$ 7.087,22 que é o teto do INSS e acima desse valor ele receberia pelo saldo acumulado. Se esse servidor tivesse uma boa administração financeira e disciplina previdenciária no futuro, ele teria um saldo acumulado suficiente para complementar esse regime próprio assim teria uma tranquilidade para se aposentar e conservar melhor qualidade de vida que ele tem hoje.

Dep. Estadual Ricardo Nicolau questionou sobre o fundo garantidor das PPPs e perguntou das PPPs em execução, como duas da saúde tendo como o Hospital Delphina Aziz e outra do Sistema Penitenciário, quanto ao valor do total e o que seria dividido entre esses fundos? Se teria outro que não saiba.

Secretário de Fazenda Alex Del Giglio começou respondendo que hoje tem duas PPPs, uma que é do Hospital Delphina Aziz, afirmando que o processo iniciou no governo Omar e foi contratado no governo Melo, disse que a Central de Material Esterilizado que foi contratada no governo Melo, a partir de então não teve mais nenhuma PPP. afirmou que tiveram estudos da PPP do Sistema Penitenciário, quase chegou a contratar mas não foi efetivado. Respondeu também que o valor do Hospital Delphina Aziz é no valor de R\$ 15 milhões de reais/mês e a PPP da Central de Material Esterilizado é no valor de R\$ 5 milhões de reais/mês, perfazendo R\$ 20 milhões de reais/mês e R\$ 240 milhões de reais/ano aproximadamente.

Dep. Estadual Ricardo Nicolau questionou que o Governador no início do ano falou sobre uma redução do IPVA, logo foi interrompido pelo Secretário de fazenda Alex Del Giglio que queria fazer uma retificação.

O secretário de Fazenda Alex Del Giglio retificou que em relação ao CME, havia alguns contratos que estavam separados, que não estavam dentro da CME e que foram introduzidas a PPP, disse que possivelmente terá um aditivo, depois afirmou que teria se materializado. Acrescentou que passou para R\$ 8 milhões de reais em relação a Central de Material Esterilizado, perfazendo R\$ 23 milhões de reais/mês.

Dep. Estadual Ricardo Nicolau seguiu perguntando se desses R\$ 8 milhões ele vai incorporar todos os gastos atuais com a CME direto e vai passar tudo para a PPP, supondo, que o João Lucio não vai pagar direto a esterilização, e perguntou quanto tempo levará dessa PPP para que isso seja revertida ao Estado.

Com a palavra, o secretário de Fazenda Alex Del Giglio disse que a PPP da CME, lembrando do contrato original, não sabendo se houve algum aditivo de prazo, mas em relação ao prazo é 12 anos. Disse que imagina que deveria estar mais ou menos um pouco mais do que a metade do prazo percorrido. Em relação ao Hospital, uma PPP de 20 anos, afirmou que ainda tem um período grande para transcorrer, depois repassou a palavra para os servidores da saúde.

Com a palavra, o secretário de Estudos de Orçamento e Finanças Matheus, começou falando que com a inclusão das três unidades, prefazia o montante mensal de R\$ 8 milhões. Acrescentou que a informação que teve era de mais algumas unidades a serem incluídas, as três principais HPS, sendo João Lucio, Plantão Araújo e 28 de Agosto, que entraram à parte no aditivo. Alegou que haviam contratos que estavam sendo realizados à parte desse contrato de PPP, que agora fazem parte da PPP da CME. afirmou que a tendência era que daqui alguns meses incluiria todo o trabalho técnico para incluir em outro aditivo nesse mesmo contrato de PPP, mas a tendência era que toda CME seria atendida a partir desse contrato de PPP. afirmou que seria até melhor para que fosse feita a gestão orçamentária, quanto financeira no âmbito de um contrato só. Então a tendência seria que essas outras unidades fossem incluídas.

O Dep. Estadual Ricardo Nicolau perguntou quanto a frustração da receita do IPVA, com a redução, e se foi efetiva a redução daquele percentual efetivo e quanto era para arrecadar e quanto arrecadou e o comparativo com 2021, podendo ser com o quadrimestre.

A Diretora de Arrecadação Anny respondeu que em relação ao IPVA, eles tinham a previsão de arrecadação de 2022 na ordem R\$ 514 milhões de reais. Em torno de R\$ 80 milhões superior ao ano anterior que seria de R\$ 435 milhões arrecado em 2021. Com a redução de 20%, que foi dado por conta do aumento da base de cálculos dos veículos usados e novos em 2022, esperavam receber, em 2022, o mesmo montante arrecado em 2021. Porém a redução estava limitada a esse desconto de 20% caso o contribuinte pagasse no vencimento, e no quadrimestre de 2022 não experimentou nenhuma queda em relação a 2021, inclusive teve aumento nominal em torno de 20%. Acrescentou que não esperava por uma queda em relação a 2021 por conta do aumento do desconto, porque anualmente tem o aumento na quantidade da frota tributável e com isso a arrecadação de IPVA de um exercício é superior ao outro. Continuou que não vai ter é em relação ao aumento da base nominal calculado pela tabela FIPE que é da valorização do veículo. Disse que teve um acréscimo na quantidade de veículo mais ou menos de 85 mil veículos da frota tributável em relação a 2021. Então a arrecadação de 2022 ainda está superavitária em torno de 20% em relação a 2021 do IPVA.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

O Dep. Estadual Ricardo Nicolau questionou que mesmo com a redução de 20% embora tenha tido uma valorização do FIPE de 24% deverá arrecadar uns 100 milhões a mais.

A Diretora de Arrecadação Anny, esclareceu que nominal, o Estado já está com superávit de R\$ 26 milhões em relação a 2021. Nos cálculos iniciais fizeram uma previsão bem conservadora que a arrecadação seria pelo menos no mesmo patamar de 2021, mas como vai ingressando veículos novos na base tributável, acreditava que teria um superávit perto de R\$ 70 a 100 milhões de reais.

O Dep. Estadual Ricardo Nicolau, falou que na área da educação estão cumprindo com os 25% da receita corrente líquida até nesse quadrimestre e ano passado foi um ano que não houve praticamente aula presencial, já existia possibilidade de não atingir esse gasto, visto que, as aulas estavam suspensas, o Estado teria menos custo com energia, transporte e merenda escolar, mesmo assim, o Governo gastou os 25%. Perguntou da Seduc se o ano de 2022 vai aumentar o percentual gasto na Educação, visto que, os alunos já estão de forma presencial.

A Secretária-Executiva da Seduc, Rosana, esclareceu que o ano de 2021 começou com as aulas presenciais em abril de 2021, perdendo apenas para fevereiro e março. Em abril voltou as aulas presenciais, sendo o impacto não sendo tão grande na questão da despesa em relação ao cumprimento dos 25%. Já no ano de 2022, retornando as aulas presenciais em fevereiro com calendário normal, a expectativa é que não teria tanto problema para atingir os 25%, por agora os gastos estarem sendo controlados para que não haja excesso ou uma sobrecarga na questão dos recursos próprios destinados a educação. A expectativa por parte da secretária é que cumpra e antes do previsto os 25%.

Em seguida, o Dep. Estadual Ricardo Nicolau passou a palavra para o secretário para considerações finais.

Com a palavra, o Secretário de Fazenda Alex Del Giglio, em suas considerações finais afirmou que todas as solicitações que foram feitas pelo Deputado Estadual Ricardo Nicolau, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, irão consolidar, oportunamente, inclusive, a questão da previdência em relação aos valores que o Estado possui no Fundo Previdenciário e quantos aposentados e qual a previsão deles em relação aos cálculos atuariais.

Em seguida, o Dep. Estadual Ricardo Nicolau, concluiu que há um descompasso na receita e na qualidade das despesas. Embora o Estado estava superavitário, há um descompasso grande na qualidade de gastos da receita que impacta diretamente na qualidade dos serviços públicos, na falta de investimentos e efetivamente impacta no futuro de todos os amazonenses e pessoas que vivem no Estado do Amazonas. Por um lado o Estado arrecadando bem, bem controlado do ponto de vista de arrecadação, inclusive, das receitas próprias. Por outro lado, infelizmente, um gasto sem prioridades, sem qualidade, sem planejamento e sem resultados efetivos para a população diretamente e sem resultados efetivos para a economia.

Ato contínuo, o Dep. Estadual Ricardo Nicolau, fez uma observação ao cumprimento da Lei Nº 5.396 de 2021, de sua autoria, que obriga os fornecedores do Estado do Amazonas a anexar as notas fiscais de entrada emitidas na aquisição de produtos repassados a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Ao concluir, o Presidente da Comissão fez suas alegações finais, agradecendo a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 1º Quadrimestre 2022.

Ricardo Nicolau

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

